

Lição 10 - O Intellecto Agente

TEXTO 430a10-430a25 - LIVRO III, CAPÍTULO V

O INTELECTO AGENTE

Assim como em toda natureza há um fator que é como matéria no gênero, e é potencialmente tudo o que está no gênero, e algo mais que é como causa e agente ao fazer tudo nele (assim a arte se relaciona com seu material): também é necessário que haja essas diferenças na alma. Há aquele intelecto, que é tal por ser capaz de tornar-se tudo; e há aquele que age sobre tudo, como uma espécie de estado, semelhante à luz; pois a luz também, de certo modo, torna as cores potenciais atuais. §§ 728-31

E este é o intelecto separável, incomposto e incapaz de ser afetado, uma coisa essencialmente em ato. Pois o agente é sempre mais excelente que o recipiente, e o princípio mais excelente que sua matéria. §§ 732-9

O conhecimento em ato é o mesmo que a própria coisa. Mas o que é potencial tem prioridade temporal no indivíduo; contudo, isso não é verdade universalmente, nem mesmo em relação ao tempo. A mente não conhece em um momento e deixa de conhecer em outro. §§ 740-1

Separo, no entanto, é que ele é o que realmente é. E só isso é imortal e perpétuo. §§ 742-3

Ele não se lembra, porque é impassível; o intelecto passivo é corruptível, e a alma nada entende sem este último. § 744-5 **[Veja NOTA.]**

COMENTÁRIO DE SANTO TOMÁS

LIÇÃO DEZ

§ 728. Tendo examinado o intelecto potencial, o Filósofo agora volta sua atenção para o intelecto agente. Primeiro, ele mostra por argumento e ilustração que existe tal coisa como o intelecto agente; e então, em 'E este é o intelecto', ele explica sua natureza. O argumento que ele usa é este. Em qualquer natureza que alterna entre potência e ato, devemos postular (1) um fator semelhante à matéria que, em qualquer classe de coisas, é potencialmente todos os particulares incluídos na classe; e (2) outro fator que opera como causa ativa e produtiva, como a arte em relação ao seu material. Visto que a parte intelectual da alma alterna entre potência e ato, ela deve incluir esses dois princípios distintos: primeiro, uma potencialidade dentro da qual todos os conceitos inteligíveis podem ser atualizados (este é o intelecto potencial já discutido); e então, também, um princípio cuja função é atualizar esses conceitos. E este último é o intelecto agente — sendo 'uma espécie de estado'.

§ 729. Esta última frase levou alguns a supor que o intelecto agente é o mesmo que o 'intelecto' que é uma apreensão habitual dos primeiros princípios. Mas não é assim; pois este último 'intelecto' pressupõe a presença atual na mente de certos objetos inteligíveis e compreendidos, que são os termos nos quais, ao compreendê-los, apreendemos a verdade dos primeiros princípios. Portanto, a visão em questão implicaria que o intelecto agente não era, como Aristóteles aqui sustenta, a fonte primária, para nós, da inteligibilidade atual de qualquer coisa. Portanto, sustento que o termo 'estado' é usado aqui no sentido em que Aristóteles frequentemente chama qualquer forma ou natureza de 'estado', para distingui-la de uma privação ou potência. Neste caso, o intelecto agente é chamado de estado para distingui-lo do intelecto em potência.

§ 730. Então, ele o chama de estado e o compara à luz que 'de certo modo' traz as cores da potência ao ato; — 'de certo modo' porque, como vimos, a cor é visível por si mesma; tudo o que a luz faz é atualizar um meio transparente que pode então ser modificado pela cor para que a cor seja vista. O intelecto agente, por outro lado, atualiza as próprias noções inteligíveis, abstraindo-as da matéria, ou seja, trazendo-as da inteligibilidade potencial para a atual.

§ 731. A razão pela qual Aristóteles chegou a postular um intelecto agente foi sua rejeição à teoria de Platão de que as essências das coisas sensíveis existiam separadas da matéria, em um estado de inteligibilidade real. Para Platão, claramente não havia necessidade de postular um intelecto agente. Mas Aristóteles, que considerava as essências das coisas sensíveis como existindo na matéria com apenas uma inteligibilidade potencial, teve que invocar algum princípio abstrativo na própria mente para tornar essas essências realmente inteligíveis.

§ 732. Em seguida, em 'E isso etc.', ele estabelece quatro qualidades ou condições do intelecto agente: primeiro, sua separação da matéria; segundo, sua impassibilidade; terceiro, sua pureza, pela qual ele quer dizer que não é composto de naturezas corporais nem unido a um órgão corporal. Ora, essas três qualidades também são encontradas no intelecto potencial; mas a quarta é própria do intelecto agente, e consiste em ser essencialmente em ato; enquanto que o intelecto potencial é essencialmente potencial e chega ao ato apenas ao receber um objeto inteligível.

§ 733. Para demonstrar essas qualidades, ele argumenta como segue. O que age é mais nobre do que o que é agido, um princípio ativo é mais nobre do que sua matéria. Ora, o intelecto agente, como dissemos, está para o intelecto potencial como um princípio ativo está para sua matéria; portanto, é o mais nobre dos dois. Se, então, o intelecto potencial for (como foi demonstrado) livre da matéria, impassível e puro, *a fortiori* o será o intelecto agente. Consequentemente, o intelecto agente também é essencialmente atual, pois apenas em virtude de sua atualidade um princípio ativo é mais nobre que um passivo.

§ 734. Ora, o que é dito aqui levou alguns a conceber o intelecto agente como uma substância separada, subsistindo à parte do intelecto potencial. Mas isso não parece ser verdade; pois a natureza humana seria uma natureza deficiente se lhe faltasse qualquer um dos princípios de que necessita para sua atividade naturalmente apropriada de entender; e isso requer tanto o intelecto potencial quanto o agente. Portanto, a natureza humana completa exige que ambos sejam intrínsecos ao homem. Ademais, assim como a função do intelecto potencial de receber objetos inteligíveis é atribuída ao homem individual como seu sujeito, também o é a obra do intelecto agente, a abstração de tais objetos da matéria. E isso só é possível na medida em que o princípio

formal desta última atividade é uno em ser com o homem individual.

§ 735. Nem basta dizer que as noções inteligíveis formadas pelo intelecto agente subsistem de algum modo nos fantasmas, que são certamente intrínsecos a nós; pois, como já observamos ao tratar do intelecto potencial, os objetos só se tornam realmente inteligíveis quando abstraídos dos fantasmas; de modo que, apenas por meio dos fantasmas, não podemos atribuir a obra do intelecto agente a nós mesmos. Além disso, o intelecto agente está para as ideias em ato na mente como a arte está para as ideias pelas quais ela opera; e obviamente as coisas sobre as quais a arte imprime tais ideias não produzem a arte elas mesmas; logo, mesmo concedendo que fôssemos os sujeitos de ideias tornadas realmente inteligíveis em nós, não se seguiria que somos nós que as produzimos por meio de um intelecto agente em nós mesmos.

§ 736. Tampouco a teoria acima concordaria com Aristóteles, que afirma expressamente que esses dois poderes distintos, o intelecto agente e o potencial, estão na alma; deixando assim bem claro que ele os considera partes ou potências da alma, não substâncias distintas.

§ 737. A principal dificuldade surge do fato de que, enquanto o intelecto potencial está em potência para os objetos inteligíveis, o intelecto agente está para estes últimos como um ser já em ato. E pareceria impossível que uma mesma coisa estivesse ao mesmo tempo em ato e em potência para o mesmo objeto; e, portanto, que esses dois intelectos pertencessem à mesma substância da alma.

§ 738. Mas realmente não há dificuldade nisso se entendermos corretamente como o intelecto potencial é potencial com respeito aos objetos inteligíveis, e como estes últimos são potenciais com respeito ao intelecto agente. No primeiro caso, a potencialidade é a do indefinido para o definido; pois o intelecto potencial não é, como tal, dotado de qualquer natureza definida e particular de coisa sensível. No entanto, apenas naturezas definidas e particulares são, como tais, inteligíveis — daí a comparação anterior de Aristóteles da relação do poder intelectual com os objetos inteligíveis com a de uma folha de papel com figuras definidas e particulares. E deste ponto de vista, o intelecto agente não está em ato.

§ 739. Pois se o intelecto agente como tal incluísse as formas definidas de todos os objetos inteligíveis, o intelecto potencial não dependeria dos fantasmas; ele seria atualizado simples e exclusivamente pelo intelecto agente; e a relação deste último com os objetos inteligíveis não seria a de um fazedor com algo feito, como o Filósofo diz aqui; pois ele seria simplesmente idêntico a eles. O que o torna, portanto, em ato com respeito aos objetos inteligíveis é o fato de ser uma força imaterial ativa capaz de assimilar outras coisas a si mesma, i.e., de imaterializá-las. Desta forma, ele torna o potencialmente inteligível realmente inteligível (como a luz que, sem conter cores particulares, traz as cores ao ato). E porque esta força ativa é uma certa participação na luz intelectual das substâncias separadas, o Filósofo a compara a um estado e à luz; o que não seria uma maneira apropriada de descrevê-la se ela mesma fosse uma substância separada.

§ 740. Em seguida, em 'Conhecimento em ato', ele estabelece suas conclusões sobre o intelecto como em ato; e primeiro estabelece suas propriedades; e depois, em 'Somente separado', como a parte intelectual da alma em geral difere do resto da alma. Quanto ao primeiro ponto, ele estabelece três propriedades do intelecto em ato. Primeiro, seu conhecimento real é idêntico à

coisa conhecida; o que não é verdade para o intelecto como potencial. Segundo, embora em uma mesma coisa o conhecimento potencial seja anterior no tempo ao conhecimento atual, falando universalmente, o conhecimento potencial não é anterior nem na natureza nem no tempo. No Livro IX da *Metafísica*, Aristóteles dissera que o ato é por natureza anterior à potência, mas não no tempo em uma mesma coisa; pois uma coisa é primeiro em potência e depois em ato. Mas universalmente falando, o ato tem prioridade até mesmo no tempo; porque nenhuma potência jamais seria atualizada a menos que algo já estivesse em ato. Assim, mesmo no caso do conhecimento potencial, ninguém jamais chega a conhecer algo realmente, seja por seu próprio esforço ou pelo ensino de outrem, exceto em virtude de algum conhecimento atual preexistente, como se diz no Livro I dos *Segundos Analíticos*.

§ 741. A terceira propriedade do intelecto como em ato, diferenciando-o do intelecto potencial e do intelecto em posse habitual do conhecimento, é que ele está sempre em ato; pois ele simplesmente é o ato de entender. Nos outros casos, o intelecto está às vezes em ato e às vezes em potência.

§ 742. Em seguida, em 'Somente separado', ele estabelece as propriedades do intelecto como um todo; primeiro estabelecendo a verdade, e depois refutando uma objeção. Ele diz, então, que apenas a mente separada da matéria é aquilo que verdadeiramente é mente; e ele fala aqui, não do intelecto agente ou passivo isoladamente, mas de ambos juntos, uma vez que ambos foram descritos como separados da matéria. E todo o intelecto é assim descrito porque opera sem um órgão corporal.

§ 743. E em consonância com o que disse no início deste livro, que a alma poderia ser separável do corpo se alguma de suas atividades fosse própria a ela, ele agora conclui que apenas a parte intelectual da alma é imortal e perpétua. Isto é o que ele disse no Livro II, a saber, que este 'tipo' de alma era separável das outras como o perpétuo do mortal — perpétuo no sentido de que sobrevive para sempre, não no sentido de que sempre existiu; pois, como ele mostra no Livro XII da *Metafísica*, as formas não podem existir antes de sua matéria. A alma, então (não toda ela, mas apenas sua parte intelectual), sobreviverá à sua matéria.

§ 744. Em seguida, em 'Ela não se lembra', ele enfrenta uma objeção. Pois poderíamos supor que o conhecimento permaneceria inalterado na parte intelectual da alma que sobrevive. Mas já no Livro I ele negou isto, onde observou que o ato do intelecto deve cessar quando outra coisa morre; e que após a morte a alma não se lembra nem ama mais.

§ 745. Então, agora ele acrescenta que o que conhecemos em vida não é recordado após a morte; porque 'ela é impassível', i.e., aquela parte da alma intelectual da qual ele fala; a qual, portanto, não é afetada por paixões como amor e ódio e reminiscência e assim por diante, que dependem todas de modificações do corpo. Pois o 'intelecto passivo' — uma parte da alma que depende das paixões supracitadas — é certamente mortal; pois pertence à nossa natureza sensitiva. No entanto, é chamado de 'intelecto' e 'racional' porque tem uma certa participação na razão: ele obedece e é governado pela razão (veja Livro I da *Ética*). E sem a cooperação desta parte encarnada da alma, não há entendimento de coisa alguma; pois o intelecto sempre requer fantasmas, como veremos. Portanto, após a morte do corpo, a alma não conhece mais nada da mesma maneira que antes. Mas como ela conhece algo então não faz parte de nossa presente

Nota a III, §§ 744-5 (Lição dez)

Trata-se de uma passagem muito disputada. Uma tradução segura do grego é esta: "Somente isto é imortal e perpétuo. Não temos, porém, memória disso, porque é impassível, ao passo que o intelecto passivo (ou: a mente que pode ser afetada) é perecível; e sem ele nada pensa", entendendo-se "isto" como referido ao intelecto agente. A tradução latina, contudo, seguida por Santo Tomás, toma esse "isto" como o "intelecto passivo" e insere *anima*, "a alma", como sujeito de "pensa". Por isso Santo Tomás entende toda a seção como referida ao estado do intelecto depois da morte: ele "não se lembra" etc., uma vez perecido o intelecto passivo; este só é "chamado" intelecto e é, na realidade, uma *pars animae corporalis*. Veja-se a Introdução, que segue:

(6) Livro III, lição 10 (430a 20-25); §§ 740-5. O texto aqui deu ocasião, por diversos motivos, a muita perplexidade. Para referência na discussão, convém ter diante de nós o texto grego e a versão latina:

Τὸ δ' αὐτό ἐστὶν ἢ κατ' ἐνέργειαν ἐπιστήμη τῷ πράγματι· ἢ δὲ κατὰ δύναμιν χρόνῳ προτέρα ἐν τῷ ἐνί, ὅλως δ' οὐ χρόνῳ· ἀλλ' οὐχ ὅτε μὲν νοεῖ, ὅτε δ' οὐ νοεῖ. Χωρισθεὶς δ' ἐστὶ μόνον τοῦθ' ὅπερ ἐστί, καὶ τοῦτο μόνον ἀθάνατον καὶ αἰδίον. Οὐ μνημονεύομεν δέ ὅτι τοῦτο μὲν ἀπαθές, ὃ δὲ παθητικὸς νοῦς φθαρτός, καὶ ἀνευ τοῦτου οὐδὲν νοεῖ.

Idem autem est secundum actum scientia rei; quae vero, secundum potentiam, tempore prior in uno est. Omnino autem neque tempore. Sed non aliquando quidem intelligit, aliquando autem non intelligit. Separatus autem est solum hoc, quod vere est. Et hoc solum immortale et perpetuum est. Non reminiscitur autem, quia hoc quidem impassibile est; passivus vero intellectus, est corruptibilis, et sine hoc nihil intelligit anima.

A tradução inglesa dada acima segue a versão latina mais de perto do que esta segue o grego. Os principais problemas são: (i) encontrar o antecedente de *intelligit* na terceira sentença; (ii) encontrar com que concorda *separatus*; e (iii) descobrir o que Aristóteles entende por "intelecto passivo".

(i) Esta questão já era familiar a Santo Tomás. As alternativas podem ser vistas na *Suma Teológica*, I, 79, 4, obj. 2 e ad 2. A objeção diz: "O Filósofo (*Da Alma*, III) diz do intelecto ativo (isto é, agente) que não ora entende, ora não entende. Mas nossa alma nem sempre entende: ora entende, ora não entende. Logo, o intelecto ativo (agente) não é algo em nossa alma." Ao que Santo Tomás responde: "O Filósofo diz essas palavras não do intelecto ativo (agente), mas do intelecto em ato, do qual já dissera: O conhecimento em ato é o mesmo que a coisa. Ou, se referimos essas palavras ao intelecto ativo (agente), elas são ditas porque não é por causa do intelecto ativo (agente) que ora entendemos, ora não entendemos, mas por causa do intelecto que está em potência." A conclusão da objeção mostra a importância da questão para a tese averroísta do intelecto separado. Santo Tomás mostra claramente sua preferência por tomar "intelecto" como referido diretamente ao "conhecimento em ato", embora considere que a conclusão averroísta não se segue necessariamente da alternativa de referi-lo ao intelecto agente. Curiosamente, embora a

versão não ajude a decidir este ponto, o grego parece justificar plenamente a preferência de Santo Tomás. O ἄλλὰ é a partícula mais forte de sua sentença e parece exigir absolutamente que seu antecedente seja toda a sentença que o precede. Nem sempre os comentadores o perceberam, mas de Corte tem sem dúvida razão em fazer disso um de seus principais argumentos para tomar a passagem no sentido preferido por Santo Tomás na *Suma* e adotado por ele no *Comentário*.

É questão de menor importância, mas digna de nota, que Santo Tomás mostra sua perspicácia ao superar corretamente uma outra obscuridade, ausente do grego, mas introduzida pelo autor da versão ao escrever *omnino* por ὅλως. Uma variante antiga é ἅπλως, que vem a dar no mesmo. O contraste é entre o conhecimento em potência considerado no indivíduo e o mesmo considerado absoluta ou universalmente, sem qualificação. *Omnino* não dá esse sentido de modo inequívoco, mas Santo Tomás o entende assim no *Comentário*.

(ii) *Separatus* é comumente tomado como referido apenas ao intelecto agente, o último aspecto da alma intelectual a ter sido considerado. Santo Tomás, com ao menos tanta probabilidade a seu favor, argumenta que se refere à alma intelectual sem qualificação, com base em que tanto o intelecto "possível" quanto o "agente" foram caracterizados como "separados" na passagem precedente. De Corte insiste que a mesma interpretação é imposta por toda a teoria da alma e de suas partes que Aristóteles apresenta.

Note-se que o *vere* da versão é uma de suas raras adições verbais ao texto, mas que realça admiravelmente a ênfase do grego. Sua presença torna menos censurável a transposição, feita por Santo Tomás, do advérbio *solum* em adjetivo; a transposição se explica por ele tomar *solum* com *separatus*, e não com *est hoc quod vere est*. Mas a presença de *vere* contribui muito para manter a ênfase na oração em que ocorre. Seria possível, de acordo com os princípios de Santo Tomás, traduzir: "Em si mesmo, o intelecto, quando separado, é aquilo que verdadeiramente é", sendo o sentido geral, em todo caso, que, no estado de separação do corpo, a alma intelectual é puramente intelectual, estando necessariamente em suspensão as potências orgânicas.

(iii) A versão verte μνημονεύομεν por *reminiscitur*, mas sem consequências sérias. Com que período anteriormente mencionado está coordenado o verbo? Só pode ser com o indicado por Χωρισθεῖς. No estado de separação do corpo, a alma intelectual já não se lembra. A memória já foi mencionada em 408b 24-29 como perecendo com o *compositum* de corpo e alma; Santo Tomás remete a essa passagem no § 744: *supra dixit in primo quod intelligere corrumpitur, quodam interius corrupto*. Já vimos que o comentário a essa passagem (§ 163 ss.) apresenta certas dificuldades. Cabe aqui sugerir que elas podem ser em parte causadas pela consciência, em Santo Tomás, de que Aristóteles não poderia de modo algum estar dizendo, de acordo com seus próprios princípios, que *intelligere* no sentido normal dessa palavra é um ato do *compositum* como tal e perecível com ele. No entanto, a versão lhe dava a afirmação a que ele aqui se refere: *Intelligere igitur et considerare marcescunt alio quodam interius corrupto*. Essa genuína dificuldade pode ter sido a razão de o comentador interpretar a passagem como um *argumentum ad hominem*. Mas agora, no livro III, ao fim da lição 10 (§ 745), ele tem a solução em mãos: *destructo corpore non remanet in anima separata scientia rerum secundum eundem modum quo modo intelligit. Sed quomodo tunc intelligat, non est praesentis intentionis discutere*. A palavra vertida por *intelligere* é διάνοια, e sua associação, nestas duas passagens, com a memória e outros atos do *compositum* sugere que esse termo podia ser aplicado a atos da mente que não são distintivamente espirituais.

De fato, o estar ele ligado a θεωρεῖν em 408b 24 basta para justificar a descoberta de tal outro uso, pois θεωρεῖν é frequentemente empregado por Aristóteles tanto para um ato do sentido quanto para um ato da mente. De Corte sugere que a preposição διὰ, em composição com o verbo, pode aqui, como em outros casos, ter o sentido de "penetração". O ato significado seria então intermediário entre a percepção sensível e o entender propriamente dito: aquela colaboração de intelecto e sentido que é inescapavelmente necessária à atividade intelectual enquanto a alma está unida ao corpo. A aptidão total para tal colaboração é o intelecto "passivo", de que Aristóteles aqui, e só aqui, faz menção. É certamente impossível equipará-lo ao intelecto "possível", ou cognoscente, propriamente dito.

Podemos encerrar nossa discussão desta difícil passagem expandindo a tradução no sentido que parece apropriado.

“ O conhecimento em ato é o mesmo que a coisa (atualmente conhecida). Mas o (conhecimento) que é potencial é, no indivíduo, anterior no tempo. Absolutamente, porém, nem sequer no tempo. Ao passo que (o conhecimento em ato) não ora conhece, ora não conhece. Quando a mente está separada (do corpo), ela é simplesmente aquilo que verdadeiramente é. Ela não (então) se lembra, porque (a mente) é, com efeito, impassível; mas o intelecto passivo é corruptível, e sem ele (nesta vida) a alma nada entende.

Ivo Thomas, O.P.

Revision #2

Created 4 October 2026 20:04:53 by Admin

Updated 4 October 2026 20:14:33 by Admin